



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

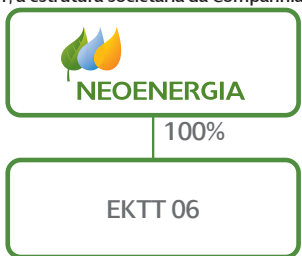
Prezados Acionistas, Ao apresentar os resultados de 2021, a EKTT 06 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. EKTT06 SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

A EKTT 06 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 19 de dezembro de 2019, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2019, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no Estado da Bahia, compostas pela linha de transmissão 230 kV Rio das Águas – Rio Formoso II C1/C2, com extensão aproximada de 210 km, com origem na Subestação Rio das Águas e término na Subestação Rio Formoso II. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a ANEEL para março de 2024. A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$ 18.000, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 230kV Rio das Águas – Rio Formoso II C1/C2	2	230kV	210	20/03/2024	20/03/2050

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	2021	2020
Receita líquida	149.223	38.376
Custos dos serviços	(106.059)	(29.792)
Custos de construção	(32)	(70)
Lucro bruto	43.164	8.584
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(132)	(70)
Lucro operacional	43.032	8.514
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	526	52
Despesas financeiras	(17)	(2)
Outros resultados financeiros, líquidos	(6)	-
Lucro antes dos tributos	503	50
Tributos sobre o lucro	(4.758)	(1.194)
Corrente	(162)	(12)
Diferido	(4.596)	(1.182)
Lucro líquido do exercício	38.777	7.370
Lucro líquido diluído por ação – R\$:	11.2	0,05

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	38.777	7.370
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	38.777	7.370

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1	-	-	-	1
Aumento de capital	196.000	-	-	-	196.000
Capital a integralizar	(135.000)	-	-	-	(135.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.370	7.370
Destinação do lucro: (nota 11.2.b)	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	369	-	(369)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	7.001	(7.001)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	61.001	369	7.001	-	68.371
Capital integralizado	47.000	-	-	-	47.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.777	38.777
Destinação do lucro: (nota 11.2.b)	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.939	-	(1.939)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	36.838	(36.838)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	108.001	2.308	43.839	-	154.148

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a EKTT 06 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. A Companhia possui sua sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Em 19 de dezembro de 2019, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2019, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no Estado da Bahia, compostas pela linha de transmissão 230 kV Rio das Águas – Rio Formoso II C1/C2, com extensão aproximada de 210 km, com origem na Subestação Rio das Águas e término na Subestação Rio Formoso II. A Companhia está em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a ANEEL para março de 2024. A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$18.000 (data de referência: maio de 2019), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos. 1.1 Coronavírus ("COVID-19"). a) Contexto geral: Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional. b) Impactos nas demonstrações financeiras: Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia. Seguimos monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis ao alcance da Companhia para evitar e/ou mitigar possíveis atrasos. Até o momento, não houve impactos relevantes no cronograma original de entrada em operação dos projetos em andamento. 1.2 Gestão de risco financeiro e operacional: A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1 Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas: A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alcada competente conforme Política de Limites e Alcadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de

3.2. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas						
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Rio das Águas - novo pátio em 230kV com transformação 500/230kV	-	230kV	-	N/A	20/03/2024	20/03/2050
SE 230/138kV Rio Formoso II	-	230/138kV	-	500/230kV	20/03/2024	20/03/2050

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos					
Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2020	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2020 (R\$ Mil)		Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2021 (R\$ Mil)	
		%	Valor	%	Valor
LT 230kV Rio das Águas – Rio Formoso II C1/C2	15%	29.792	65%	106.027	-

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP – receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$18.000.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Projeto Linhas de Transmissão - Características Financeiras					
Linha de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Mês base reajuste	Índice de Correção

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	38.777	7.370
Ajustado por:		
Tributos sobre o lucro	4.758	1.194
Resultado financeiro, líquido	(503)	(50)
Variações de ativos e passivos:		
Concessão serviço público (ativo contratual)	(154.116)	(37.948)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	23.241	1.368
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	226	-
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	8.014	1.465
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(330)	(1.773)
Outros ativos e passivos, líquidos	(1.545)	2.585
Caixa líquidos consumido nas operações	(81.478)	(25.789)
Rendimento de aplicação financeira recebidos	525	47
Tributos sobre o lucro pagos	83	-
Caixa consumido nas atividades operacionais	(80.870)	(25.742)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(19)	(29)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(19)	(29)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	47.000	61.000
Caixa gerado nas atividades de financiamento	47.000	61.000
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	(33.889)	35.229
Caixa e equivalentes no início do exercício	35.230	1
Caixa e equivalentes no final do exercício	1.341	35.230

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico Financeiro

	2021		2020		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
(+) Receita líquida	149.223	38.376	110.847	289%		
MARGEM BRUTA	149.223	38.376	110.847	289%		
(+) Custos de construção	(106.027)	(29.792)	(76.235)	256%		
(+) Outros custos	(32)	-	(32)	0%		
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(132)	(70)	(62)	89%		
= Despesa Operacional	(106.191)	(29.862)	(76.329)	256%		
EBITDA	43.032	8.514	34.518	405%		
(-) Resultado Financeiro	503	50	453	906%		
(-) IR/CS	(4.758)	(1.194)	(3.564)	298%		
LUCRO LÍQUIDO	38.777	7.370	31.407	426%		

A Margem Bruta e as Despesas Operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 149.223 mil, +289% vs. 2020 e -R\$ 106.191 mil, +256% vs. 2020, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 43.032 mil, aumento de 405%, em relação ao ano de 2020. O Resultado Financeiro Líquido foi positivo em R\$ 503 mil em 2021 (+906% vs. 2020). A variação é devida principalmente ao aumento de rendimento de aplicações financeiras. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2021 de R\$ 38.777 mil, um aumento de 426% em relação ao ano anterior.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela EKTT 06, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da EKTT 06 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da EKTT 06. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da EKTT 06 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.341	35.230
Tributos sobre o lucro a recuperar		30	1
Outros tributos a recuperar		239	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	8	9.915	-
Outros ativos		57	-
Total do circulante		11.582	35.231
Não circulante			
Depósitos judiciais	10	2.108	1.778
Concessão do serviço público (ativo contratual)	8	184.792	39.830
Imobilizado		29	29
Intangível		19	-
Total do não circulante		186.948	41.637
Total do ativo		198.530	76.868
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	9	24.615	1.368
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		226	-
Tributos sobre o lucro a recolher		-	4
Outros tributos a recolher	6.2	2.898	20
Indenizações fundiárias a pagar		-	2.582
Outros passivos		30	3
Total do circulante		27.769	3.977
Não circulante			
Outros tributos a recolher	6.2	7.107	1.454
Tributos sobre o lucro diferidos	6.1,2	5.778	1.182
Provisões	10	2.643	1.882
Outros passivos		1.085	2
Total do não circulante		16.613	4.520
Patrimônio líquido	11		
Atribuído aos acionistas da Companhia		154.148	68.371
Total do patrimônio líquido		154.148	68.371
Total do passivo e do patrimônio líquido		198.530	76.868

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 16 de fevereiro de 2022. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas: As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a. 2.4 Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatos considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Concessão do serviço público (ativo contratual)
10	Provisão para processos judiciais
13.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

EKTT 06 SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.
CNPJ nº 28.438.816/0001-10 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2021	2020
Impostos e contribuições		
PIS e Cofins diferidos	(5.654)	(1.454)
Total	(5.654)	(1.454)

3.1 Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Essa receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 8 para mais informações). A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, e a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,5%a.a. e 11,5%a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16%a.a. e 17%a.a., nominal e antes dos impostos.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021				2020			
	Outras receitas		Custos dos serviços e administrativas		Outras receitas		Custos dos serviços e administrativas	
	Custo de construção	(despesas)	gerais	Total	Custo de construção	(despesas)	gerais	Total
Pessoal	(557)	(32)	(24)	(613)	-	-	-	-
Material	(67.272)	-	-	(67.272)	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(38.000)	-	(90)	(38.090)	-	-	-	-
Outros	(198)	-	(18)	(216)	-	-	-	-
Total custos / despesas	(106.027)	(32)	(132)	(106.191)	-	-	-	-

	2020			
	Custo de construção	(despesas)	gerais	Total
Serviços de terceiros	(23.734)	-	(70)	(23.804)
Outros	(6.058)	-	-	(6.058)
Total custos / despesas	(29.792)	-	(70)	(29.862)

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	525	47
Outras receitas financeiras	1	5
Despesas financeiras	526	52
Outras despesas financeiras	(17)	(2)
Outros resultados financeiros, líquidos	(6)	-
Outras variações monetárias, líquidas	(6)	-
Resultado financeiro, líquido	503	50

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

6.1 Tributos sobre o lucro: 6.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2021.

	2021		2020	
	IR	CS	IR	CS
Receita financeira	525	525	52	52
Base de cálculo para o tributo sobre o lucro	525	525	52	52
Alíquota do tributo sobre o lucro	25%	9%	25%	9%
Tributo sobre o lucro do exercício	(131)	(47)	(13)	(5)
Adicional de tributo sobre o lucro	16	-	6	-
Tributo sobre o lucro diferidos - ativo contratual	(2.984)	(1.612)	(768)	(414)
Tributo sobre o lucro no resultado	(3.099)	(1.659)	(775)	(419)
	(4.758)	-	(1.194)	-

6.1.2 Tributos diferidos passivos: Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, conforme segue:

	2021		2020	
	Base de cálculo presumida	Tributo diferido	Base de cálculo presumida	Tributo diferido
Diferenças temporárias				
Imposto de renda	15.008	3.752	3.070	768
Contribuição social	22.512	2.026	4.605	414
Total	37.520	5.778	7.675	1.182

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	1.182	-
Efeitos reconhecidos no resultado	4.596	1.182
Saldo final do exercício	5.778	1.182

6.2 Outros tributos a recolher:

	2021	2020
Programa de integração social - PIS ⁽¹⁾	1.266	259
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS ⁽¹⁾	5.841	1.195
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	2.520	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	348	7
Outros	30	13
	10.005	1.474
Circulante	2.898	20
Não circulante	7.107	1.454

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

6.3. Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia esti-

ma a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	72	16
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	690	34.761
Fundos de investimento	579	453
	1.341	35.230

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

8. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte movimentação em:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	39.830	-
Receita de construção	148.634	39.294
Remuneração do ativo contratual	6.243	536
Saldo final do exercício	194.707	39.830
Circulante	9.915	-
Não circulante	184.792	39.830

8.1 Política contábil: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que: De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

9. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS

	2021	2020
Materiais e serviços	24.615	1.368
Total	24.615	1.368
Circulante	24.615	1.368

A Companhia negociou com alguns fornecedores a alteração do prazo de vencimento para as novas compras de 45 para 166 dias, em média. Para essas novas compras, houve também alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 10,93% a.a. Nessas circunstâncias, alguns fornecedores decidiram descontar seus recebíveis com instituições financeiras antes do vencimento original do título, sem que houvesse qualquer obrigação ou coobrigação da Companhia. Eventuais operações entre os fornecedores e as instituições financeiras, não alteram os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores, e, portanto, os saldos continuam a ser classificados como Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros no Balanço Patrimonial e os fluxos de caixa associados são incluídos nos fluxos de caixa da atividade operacional ou de investimento. Os juros incorridos são reconhecidos como custo de construção do ativo de contrato. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dessas operações totalizou R\$13.130.

10. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2021	2020
Provisão para processos judiciais cíveis	2.643	1.882
Total	2.643	1.882
Circulante	2.643	1.882

10.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) **Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Cíveis	
	2021	2020
Saldo inicial do exercício	1.882	-
Adições e reversões, líquidas	262	1.773
Atualizações monetárias	499	109
Saldo final do exercício	2.643	1.882

b) **Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2021	2020
Processos fiscais (ii)	10	10
	10	10

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. c) **Depósitos judiciais:** são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2021	2020
Processos cíveis	2.108	1.778
	2.108	1.778

10.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolvem o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$108.001 (R\$61.001 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$196.001 subscrito e R\$88.000 a integralizar, dividido em 196.001.000 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2021 e 2020), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de mil ações		
	Otd.	%	R\$
Neoenergia S.A.	196.001	100%	108.001
Total	196.001	100%	108.001

11.2 Lucro por ação e remuneração do acionista: a) Lucro por ação:

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	38.777	7.370
Média ponderada de ações em poder do acionista	196.001	155.302
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,20	0,05

b) Remuneração ao acionista:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	38.777	7.370
Reserva legal	(1.939)	(369)
Lucro líquido ajustado	36.838	7.001
Destinação para reserva de lucros a realizar	(36.838)	(7.001)
Lucro líquido a distribuir	-	-

11.3 Reservas de lucros: a) **Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. b) **Reserva de lucros a realizar:** Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas. **11.4 Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixam os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **12.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2021	
Passivo		
Fornecedores		46
		46

12.2 Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

13. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2021		2020	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	762	579	34.777	453
	762	579	34.777	453

	2021		2020	
	CA	VJR	CA	VJR
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	24.615	-	1.368	-
Indenizações fundiárias a pagar	-	-	2.582	-
Outros passivos financeiros	1.104	-	-	-
	25.719	-	3.950	-

CA – Custo amortizado
VJR – Valor justo por meio do resultado
13.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 13.6 – análise de sensibilidade. **13.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2021		2020	
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa			579	453
			579	453

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **13.4 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes